



A EJA COMO POLÍTICA AFIRMATIVA NA ESCOLA EM PERSPECTIVA ÀS QUESTÕES ETNICORRACIAIS

Gabriela do Rosário Silva¹

Yuri da Silva Kurosawa²

RESUMO: O presente trabalho versa sobre as possíveis relações entre a EJA e as Políticas de Ação Afirmativa, o que implica em pensar a EJA como uma Política Pública de Ação Afirmativa que visa à inclusão social da população afrodescendente. Assim, o mesmo contempla como objetivos, discutir o papel da EJA como uma política de ação afirmativa no âmbito escolar, conhecer a relação existente entre as políticas públicas de democratização da educação e os ingressantes da EJA, ou seja, as peculiaridades e motivações do seu público alvo; bem como contribuir no debate acerca das políticas públicas e sociais em seu caráter inclusivo, a partir da EJA como modalidade de Educação. Para sustentar este estudo, reportam-se as considerações feitas por Carreira (2014), Bezerra & Colaco (2013), Passos (2010) e Silva (2009). Como conclusão advinda deste, pode-se considerar que o trabalho pode estar contribuindo no debate acerca das políticas públicas e sociais em seu caráter inclusivo, a partir da EJA como modalidade de Educação, no sentido de destacar a mesma não como uma modalidade de ensino compensatória, mas sim uma prática de ensino que concretiza as políticas públicas de igualdade e justiça, em que o aluno é visto como o ator principal de sua história, contribuindo para uma educação crítica e de superação aos desafios.

Palavras-chave: Ações afirmativas; Educação de Jovens e Adultos; Inclusão social.

INTRODUÇÃO

A proposta de uma política educacional voltada à educação de adultos como direito foi sendo estabelecida de forma gradativa no decorrer do século XX, alcançando seu auge a partir da Constituição Federal de 1988 e ratificada como uma modalidade de ensino pela LDBEN nº 9.394/96, em seu Artigo 37, a qual institui com a expressão Educação de Jovens e Adultos (EJA) que esta deve ser destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e/ou Médio na idade apropriada.

No texto da lei, esta visa atender, em especial, como prioridade sujeitos que por diversos motivos não estudaram ou interromperam seus estudos, retornando à escola após

¹Mestranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

²Graduada em Letras pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

algum tempo para iniciar ou dar continuidade ao processo de escolarização. Refere-se a um público ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência, seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis, dentre outros fatores.

Na conjuntura histórica da educação brasileira, esta consiste em uma problemática a ser tratada. Quando se refere à educação dos afrodescendentes, a questão é mais tensa ainda, no que tange a exclusão destes do processo educacional, se avaliada sob a ótica das desigualdades, já que podem ser identificados obstáculos que impediram a população negra de acessar a escola; dentre tais impedimentos, sobressaem-se os impedimentos formais, legalmente instituídos no final do século XIX e início do século XX, que estabeleceram quem teria ou não direito de frequentar as escolas (SISS, 2003; PASSOS, 2010).

Não obstante, observa-se, que nos últimos anos o Estado brasileiro vem assumindo compromissos e iniciativas de ações afirmativas, que podem ser entendida, como uma das modalidades de política compensatória (reparatória), revestida de um caráter público, visando como intento específico converter as ações resultantes de um passado sócio histórico discriminatório, e que tem ainda efeitos presentes, em meios e formas de promover a variedade e a multiplicidade na sociedade, visando assim, atingir a igualdade. Que tem por alvo beneficiar principalmente os componentes dos grupos que sofreram e/ou sofrem preconceitos (VILAS-BÔAS, 2003), objetivando para além da promoção e o incentivo de políticas de reparação, reconhecimento e valorização dos negros na sociedade brasileira, a busca pela justiça social (distributiva), evidenciando uma mudança histórica e significativa, em atendimento à minimização da desigualdade de oportunidades, em particular, no âmbito acadêmico e educacional.

Nessa vertente, o presente trabalho se propôs por meio da revisão de literatura acerca da temática, analisar as possíveis relações entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as Políticas de Ação Afirmativa, o que implica em pensar a EJA como uma Política Pública de Ação Afirmativa que visa à inclusão social da população afrodescendente. Assim, o mesmo contempla como objetivos, discutir o papel da EJA como uma política de ação afirmativa no âmbito escolar, conhecer a relação existente entre as políticas públicas de democratização da educação e os ingressantes da EJA, ou seja, as peculiaridades e motivações do seu público alvo; bem como contribuir no debate acerca das políticas públicas e sociais em seu caráter inclusivo, a partir da EJA como modalidade de Educação.

A fim de alcançar os objetivos propostos, adotou-se como metodologia a análise

bibliográfica sobre o tema estudado por pesquisadores como: Carreira (2014), Bezerra & Colaco (2013), Passos (2010) e Silva (2009) que se propõem a debruçar sobre a temática EJA e Ações Afirmativas, a partir do qual analisa a política como modalidade educativa, bem como os motivos que levam seus ingressantes a retornarem à escola.

Como instrumento de coleta de dados, fez-se uso das informações contidas em sites, livros, artigos, e legislações, e por meio destes analisou-se os seguintes quesitos: motivação de retorno à escola por parte dos ingressantes, assim como o perfil destes alunos de forma geral e a relação da EJA como uma política de cunho afirmativa.

EJA E AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: PONTUANDO ALGUMAS QUESTÕES

Em períodos anteriores ir à escola se relacionava ao ato de aprender a ler e a escrever em que tal visão era de forma elementar, superficial, já que considerável parcela da população tinha como ensino principal a decodificação de letras e números.

Com o decorrer dos anos, atrelado às exigências do mercado de trabalho e a forte impulsão de uma sociedade cada vez mais fundamentada na leitura e na escrita, tal processo se constituiu em profundo e de suma importância em todas as modalidades de educação, em especial na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que, conforme sabemos, vive, atualmente, momentos de superação de desafios, dentre os quais podemos destacar: as desigualdades sociais de acesso a direitos.

Ao ser analisado o panorama educacional no Brasil, implica deste a reflexão acerca da finalidade da educação, em particular a escolarizada, no sentido da percepção de que esta contempla uma série de aspectos e valores diversos, a saber, éticos, políticos, pedagógicos, sociais, históricos, culturais, econômicos, dentre outros. O que, por conseguinte, exige um olhar crítico às especificidades do grupo, comunidade a qual a escola se destina atender, visando valorizar as características próprias do público alvo, que se identificada poderá contribuir para um melhor auxílio da prática docente e discente, ou seja, dos atores que compõem a prática educacional.

Simultaneamente, também se trata de uma decisão que envolve famílias, padrões, condições de acesso e distâncias entre a casa e a escola, possibilidades de custear os estudos em, que na maioria das vezes, versa de um processo contínuo de idas e vindas, de ingressos e desistências. Ir à escola, para um jovem, adulto ou idoso, é antes de tudo, um desafio, um

projeto de vida. São pessoas que vivem no mundo do trabalho com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados a partir da experiência, do ambiente e da realidade cultural em que estão inseridos e que refletem no processo educacional.

Com isso, percebe-se que a educação tem uma grande responsabilidade social na construção e implementação da cidadania plena de diversos grupos que compõem a sociedade brasileira, dentre estes os raciais ou étnicos. Fator este que vem se perpetuando em períodos anteriores e atualmente, pois à mesma tem sido atribuídas posições de importância, quando a questão educacional é vinculada aos procedimentos de conquista, acesso e conservação de empregos, assim como de distinção de renda e da cidadania, o que a associa como um dos pilares responsáveis pelo subsídio ao alcance da cidadania.

No entanto, educação e cidadania vêm caminhando na contramão e, não é de hoje, principalmente quando se refere a alguns grupos pertencentes a determinados segmentos da sociedade, fato este que pode ser observado na própria implementação de uma política estatal que, conforme é salientado por Siss (2003), passou a existir de forma efetiva pelo Estado como uma política educacional existente no Brasil há pouco mais de meio século, em que sob a égide do regime escravocrata e da oligarquia rural, o país resguardou a aprendizagem das letras para a classe dominante, fato este que pode ser observado ainda bem recentemente, quando na década de 1920 apenas 25% dos que compunham a população brasileira encontravam-se alfabetizados e a grande maioria da população estava excluída do processo educacional.

Quando se refere à educação dos afrodescendentes, a questão é mais tensa ainda. Segundo Siss (2003), a exclusão dos afrodescendentes do processo educacional tem raízes históricas, iniciadas ainda no período em que vigorava o regime escravocrata no Brasil, em que poucos defenderam propostas de instrução escolarizada, mesmo que primária para as mulheres, os cidadãos das classes populares e os negros sejam eles enquadrados em quaisquer categorias, libertos ou não. Mesmo existindo propostas de notáveis abolicionistas, estas foram lançadas no esquecimento ou sequer foram discutidas, acontecendo justamente o contrário (SISS, 2003; CARLI, 2004; BEZERRA; COLACO, 2013).

Siss (2003) ressalta que a ilegalidade da exclusão dos afro-brasileiros do sistema educacional, ainda no início do século XXI, se moderniza por meio da admissão submissa e precária dos pertencentes a esse grupo social ao sistema de ensino, o que equivale a mantê-los inferiormente aos pertencentes ao grupo racial branco.

Ainda que, há décadas, o racismo tenha sido denunciado e propostas de políticas para a sua superação tenham sido realizadas por parte do Movimento Negro, somente na segunda metade da década de 1990, que o Estado brasileiro reconheceu a existência deste e a necessidade de políticas de ações afirmativas voltadas à população afro-brasileira, em que estas foram impulsionadas com a participação ativa do Brasil na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em 2001, em Durban, na África do Sul, conferência que influenciou o governo para o desencadeamento de políticas de promoção da igualdade racial no Brasil.

De acordo com o último Censo realizado pelo IBGE em 2010, das 821.126 crianças com idade entre 7 e 14 anos que se encontravam fora da escola, 512.402 são negras; o número absoluto de pessoas analfabetas entre jovens e negros com idade entre 15 e 29 anos é mais do que duas vezes e meia maior do que o número de brancos; enquanto em 2010, 55% de jovens brancos de 15 a 17 anos estavam cursando o Ensino Médio.

O percentual de jovens negros com a mesma faixa etária era de 41%; dos jovens de 18 e 19 anos que concluíram o Ensino Médio 47% eram brancos, enquanto o percentual de negros era apenas de 29%; o número absoluto de pessoas analfabetas entre jovens negros de 15 a 29 anos é mais de duas vezes e meia maior do que entre brancos; a frequência líquida no Ensino Médio é 49,2% maior entre os jovens brancos do que entre os negros, dentre outros. Segundo (GOMES; PASSOS; SILVA, 2010 apud CARREIRA, 2014) está havendo uma tensão no campo da EJA: mesmo que cerca de 70% dos alunos e da demanda potencial que compõe essa modalidade de educação, seja constituída de forma majoritária por jovens e adultos negros ou afro-brasileiros, a problemática racial continua invisível nas políticas e propostas pedagógicas voltadas para tal modalidade de educação.

Fato este, que também se articula, conforme ressalta Carreira (2014), no que concerne a exclusão dos sistemas de ensino de meninos e meninas jovens negros e negras do ensino regular, destacado e ratificado de forma gritante pelas estatísticas educacionais, não se constituir em problemas importantes para a política educacional, deixando na maioria das vezes ao encargo das políticas universalistas, centradas no recorte de renda ou programas “específicos” destinados a grupos discriminados.

ANALISANDO A EJA COMO UMA POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA: APONTAMENTOS A PARTIR DE ALGUMAS PESQUISAS

A partir dos sujeitos que compõem a EJA que em sua maioria sofreram e sofrem preconceitos, discriminações, são sujeitos de direitos negados e negligenciados historicamente e a função das ações afirmativas, que vai além de garantir direitos, mas sim afirmá-los, reafirmá-los, cumprindo-os, a presente seção tem por objetivo analisar a EJA como uma política de Ação Afirmativa a partir de investigações realizadas por: Carreira (2014), Bezerra & Colaco (2013), Passos (2010) e Silva (2009) que teve como pretensão estudar a EJA e esta modalidade como uma política de ação afirmativa.

Carreira (2014) em seu artigo “Gênero e Raça: a EJA como Política de Ação Afirmativa”, nos traz a compreensão da EJA como uma política afirmativa, como uma modalidade de educação e um direito a ser mais reconhecido pela sociedade, principalmente por parte dos gestores públicos. Nesse mesmo trabalho a autora destaca a constatação de que como resultados das entrevistas realizadas pelos estudiosos do tema EJA, todos os entrevistados e diversos sujeitos que compõem a EJA, concordam que, na última década, muito se avançou no diagnóstico acerca da realidade e dos desafios da EJA no Brasil.

Bezerra e Colaco (2013) apresentaram em seu artigo “Educação e Ações Afirmativas: prática educativa na ressignificação e construção de identidades etnicorraciais através da práxis pedagógica no ensino de jovens e adultos”, artigo este fruto de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, contudo a mesma pode ser considerada pelas autoras como provedoras de enormes contribuições ao meio acadêmico e social, em vista desta apresentar como objetivo contribuir na formação da identidade do estudante negro na Educação de Jovens e Adultos das escolas públicas.

De acordo com as autoras, estamos vivenciando no presente momento, situações de reflexão sobre o que fazer para combater o racismo, a desigualdade social e o preconceito que historicamente marcaram nossa sociedade, causando assim, um enorme atraso no crescimento e desenvolvimento do nosso país. Assim, com o recorte bibliográfico traçado foi indagado pelas mesmas qual o sentido cultural da ressignificação do estudo sobre a identidade negra na Educação de Jovens e Adultos no Brasil?

A partir daí, as mesmas compreenderam que à medida que as discussões sobre a Educação Antirracista têm sido acirradas por todo território brasileiro, principalmente nos movimentos negros, indígenas e de mulheres, novas ideias estão surgindo e sendo criadas como alternativas para melhorar as condições sociais e econômicas dos que compõem os membros destes grupos e assim, promovendo o crescimento social e humano como medidas

sólidas, conduzindo toda a nação pelo caminho da cidadania e esta na sua totalidade, sem distinção de raça, cor, gênero, condição social, dentre outros.

Passos (2010) no artigo “A educação de jovens e adultos e a promoção da igualdade racial no Brasil” propôs apresentar algumas questões ainda preliminares sobre os alcances da política de Educação de Jovens e Adultos para a população negra com a intenção de identificar como as políticas de promoção da igualdade racial têm sido incorporadas por esta modalidade de ensino em sua formulação. Mesmo a EJA sendo compreendida como processos e práticas educativas que se desenvolvem ao longo de toda a vida, dentro e fora do universo escolar, tendo como sujeitos ativos os jovens, adultos e idosos. No artigo, a autora considerou apenas para fins de análise as experiências de escolarização, ou seja, as que acontecem no espaço escolar, em vista desta ainda não se constituir como um direito a ser mais reconhecido por parcela significativa da população negra no Brasil.

Passos (2010) conclui que, ao ser feita uma examinação nas relações entre a Educação de Jovens e Adultos e as políticas de promoção da igualdade racial, esta permite a identificação de um canal propício para o enfrentamento dos históricos índices de desigualdade, exclusão, discriminação racial e injustiça presentes nos trajetos de escolarização e de vida de significativa parcela da população negra, e esta poderá ser concretizada se articulada com outras políticas públicas que tenham como objetivo reduzir as desigualdades sociorraciais na sociedade brasileira.

Silva (2009) em sua dissertação de mestrado intitulada “Juventude, EJA e Relações Raciais: um estudo sobre os significados e sentidos atribuídos pelos jovens negros aos processos de escolarização da EJA”, propôs como objetivo central a ser investigado compreender os significados e sentidos atribuídos pelos jovens negros aos processos de escolarização vivenciados na Educação de Jovens e Adultos. O trabalho foi norteado por uma indagação central: como os jovens negros significam o seu processo de escolarização e vivência na EJA? Dentro da metodologia traçada a fim de alcançar o objetivo proposto selecionou-se como campo de investigação uma escola da rede municipal de Belo Horizonte que oferece a modalidade de ensino referida e oferece uma significativa parcela de jovens na composição do seu corpo discente, realizando assim, uma pesquisa de cunho qualitativa na modalidade etnográfica, tendo como principal procedimento metodológico a observação participante.

Dentro da análise obtida com a pesquisa, Silva (2009) conclui que além dos sentidos visíveis atribuídos à escolarização da EJA outros significados e sentidos que ainda encontram-

se “invisíveis” nas práticas educativas dessa modalidade de ensino puderam ser revelados, tais como: as relações educativas entre docentes e discentes, as implicações de “ser jovem” negro e negra na sociedade brasileira e ao sentimento de se encontrar “fora do lugar” na EJA, na sociedade e na escola. Tal situação pode ser considerada comum quando refletimos sobre os jovens pobres que participam de processos de escolarização da EJA, porém, no caso dos alunos e alunas negros e negras, é acrescida da vivência e da percepção, por vezes ambígua da sua condição racial em que a esperança da construção de um futuro melhor está presente nos relatos desses sujeitos. O trabalho aponta, também, que por se tratar de um fenômeno relativamente recente o entendimento do processo de rejuvenescimento ou juvenilização da EJA precisa ser mais compreendido pelos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino, sobretudo no que se refere às questões da diversidade na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração do presente trabalho, foi constatada a carência de pesquisas e trabalhos divulgados acerca do tema, que são poucos os pesquisadores que se propõem aos estudos do tema em questão, com algumas investigações ainda em processos de inicialização.

Não obstante, mediante as pesquisas desenvolvidas por Carreira (2014), Bezerra e Colaco (2013), Passos (2010) e Silva (2009), percebe-se que o tema merece destaque no sentido de contribuir para a discussão das afinidades existentes entre o papel da EJA e das Políticas de Ações Afirmativa no âmbito escolar, em vista de por meio deste, estar realizando propostas de trabalhos que valorizem a cultura escolar e reafirmem a identidade dos educandos na escola, mas isso diariamente e não somente em momentos de comemorações de datas especiais fruto de legislações que muitas vezes constam apenas no papel, o que permite ao tratamento da EJA como uma Política de Ação Afirmativa, que quando avaliada e analisada a partir da ótica e perspectiva das desigualdades sociais, são identificados inúmeros obstáculos que impediram e continuam impedindo, principalmente a população afrodescendente que é maioria do público que compõe a EJA de ter acesso à escola e a uma educação de qualidade.

A análise realizada permite-nos também conhecer a relação existente entre as políticas públicas de democratização da educação e os ingressantes da EJA, ou seja, as peculiaridades e motivações do seu público alvo no sentido de que a partir da Conferência de Durban realizada em 2001, muitas das conquistas do Movimento Negro puderam ser concretizadas: a criação de importantes instituições que têm contribuído na luta pelos Direitos Humanos em especial da

população negra e afrodescendente, a criação e o estabelecimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e principalmente no reconhecimento de um país diverso, formulador do chamado “mito da democracia racial”, camuflando o racismo que tem imperado de forma escancarada no país e ignorado por muitos.

Dentre as motivações e peculiaridades do público alvo que compõe a EJA, pode-se destacar que em sua maioria é composto por jovens e adultos, do campo, da periferia, que vivenciam situações de exclusão em busca de liberdade e emancipação no trabalho e na educação, que retornam à escola movidos pelo desejo de melhorar de vida ou por exigências ligadas ao mundo do trabalho: sujeitos em busca do primeiro emprego. Pode-se ressaltar ainda que, estes são excluídos do sistema de ensino, porque muitas vezes ultrapassam a idade estabelecida para estudar no diurno, o que tem caracterizado o processo de juvenilização da EJA.

Dos diversos desafios impostos a EJA, a discussão sobre a questão etnicorracial, se coloca como uma das mais sérias e importantes temáticas a serem estudadas, não só como tema transversal ou uma mera disciplina do currículo escolar, mas como um momento de problematização, discussões e vivências. Assim pode-se considerar ainda que a análise realizada com o presente trabalho pode contribuir no debate acerca das políticas públicas e sociais em seu caráter inclusivo, a partir da EJA como modalidade de Educação, no sentido de destacar a mesma não como uma modalidade de ensino compensatória, mas sim uma prática de ensino que concretiza as políticas públicas de igualdade e justiça, em que o aluno é visto como o ator principal de sua história, contribuindo para uma educação crítica e de superação aos desafios.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Julyanna de Oliveira; COLACO, Wênia Lira. **Educação e Ações Afirmativas:** prática educativa na ressignificação e construção de identidades etnicorraciais através da práxis pedagógica no ensino de jovens e adultos. Disponível em: <<http://coloquio.paulofreire.org.br/participacao/index.php/coloquio/viicolquio/paper/download/425/383>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

BRASIL. Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 17 mar. 2015.

CARLI, Solange Auxiliadora Souza. **Políticas públicas para a EJA (educação de jovens e adultos) no sistema de ensino de Belo Horizonte no período de 1990/2000:** ordenamentos legais e efetivação institucional. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_CarliSA_1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2015.

CARREIRA, Denise. Gênero e Raça: a EJA como Política de Ação Afirmativa. In: CATELLI, Roberto Jr.; HADDAD Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão. **A EJA em xeque:** desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI. São Paulo: Global, 2014.

SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa:** razões históricas. Rio de Janeiro: Quartet. Niterói: PENESB, 2003.

PASSOS, Joana Célia dos. A educação de jovens e adultos e a promoção da igualdade racial no Brasil. In: AGUIAR, Márcia Ângela da S. (org.) **Educação e Diversidade:** estudos e pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos, 2009. Disponível em: <https://www.ufpe.br/cead/estudosepesquisa/textos/joana_celia2.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2015.

SILVA, Natalino Neves da. **Juventude, EJA e Relações Raciais:** um estudo sobre os significados e sentidos atribuídos pelos jovens negros aos processos de escolarização da EJA. 2009. 127 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da UFMG de Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/HJPB-7UPMEW>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. **Ações Afirmativas e o princípio da igualdade.** Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.